

Marco Referencial dos Povos Indígenas do Estado do Ceará(*)

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Ceará tem origem fortemente vinculada aos povos indígenas. O próprio nome do Estado provém de "ciará" ou "siará", que significa "canto da jandaia", que na linguagem em tupi é um tipo de papagaio.

De acordo com dados de 2006 da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Estado do Ceará tem uma população de 11.726 indígenas que se encontram principalmente nos Municípios de Poranga, Aquiráz, Crateús, Trairi, Itarema, Maracanaú, Pacatuba, Viçosa do Ceará e Caucaia. Contudo, de acordo com dados da PNAD-IBGE, a população indígena estimada no Ceará é de aproximadamente 21.015 pessoas em 2006.

Cerca de 40% por indígenas do Estado do Ceará são da etnia Tapeba, residentes no município de Caucaia. Contudo, a maior concentração de indígenas pertence ao grupo Tremembé que representa 44,2% da população indígena do Estado.

Os povos indígenas existentes no Ceará têm sido gradativamente incorporados em políticas sociais específicas como saúde e educação atuando inclusive como professores ou agentes de saúde, o que tem permitido a formação de novas lideranças e a capacitação indígena de forma democrática e participativa. Isso mostra o legítimo interesse do estado em estimular a inserção das comunidades indígenas nas políticas públicas do Estado.

(*)elaboração: Eveline B. S. Carvalho, Ph.D.em Economia Aplicada pela Universidade de Illinois, Diretora de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará-IPECE e Professora do DTE/UFC. e-mail: eveline.barbosa@ipece.ce.gov.br

De fato, o Estado do Ceará ao longo dos anos tem tentado mobilizar as chamadas minorias como é o caso dos indígenas. Um exemplo disso foi a realização da 1ª. Conferência Estadual de Políticas de Promoção de Igualdade étnico - racial, ainda em 2005, no Centro de Treinamento em Extensão Rural – CETREX, município de Caucaia – CE, que contou com a participação de 199 representantes de várias entidades (84% do movimento negro e 16% do movimento indígena), para debater e elaborar proposições nas temáticas: saúde, educação, desenvolvimento rural e urbano, violência, segurança pública, cultura e religião e geração de emprego e renda.

Referida conferência permitiu o debate com as populações negras e indígenas, com o objetivo de buscar um diálogo democrático e promover a interlocução direta da sociedade civil e do Estado.

No início de 2007, foi lançado, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social o Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial que prevê entre outras ações:

- Criar um curso superior de educação indígena, nas universidades estaduais;
- Garantir no projeto Político Pedagógico das escolas estaduais a *Semana dos Povos Indígenas*;
- Exigir a demarcação das terras indígenas para a construção de escolas diferenciadas;
- Estruturar e sistematizar o acervo acerca das temáticas dos negros e índios;

- Realizar diagnóstico socioeconômico, político e cultural do Ceará no enfoque étnico – racial;
- Criar um Centro de Referência e Pesquisa Negra e Indígena.
- Estabelecer diretrizes curriculares para o ensino da história e cultura;
- Ofertar incentivos às universidades particulares para a implementação de para negros e índios;
- Exigir o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para as comunidades indígenas e remanescentes quilombolas, no que diz respeito à educação diferenciada dos jovens e adultos com capacitação dos professores;
- Redirecionar o processo de territorialização das áreas e micro-áreas de abrangência, identificando as comunidades indígenas;
- Criar mecanismos de fortalecimento de vínculos de identificação das equipes de saúde com as comunidades indígenas;
- Realizar projetos de combate à pobreza junto às comunidades indígenas;
- Estabelecer plano de formação permanente e contínua dos profissionais que trabalham com a política de assistência social que atuam diretamente com os Indígenas quanto às particularidades dessas etnias no que concerne a modo de vida, demandas, potencialidades;
- Priorizar as mercadorias de pequenos produtores afro-descendentes e indígenas, dentro da Central de Artesanato do Ceará-CEART.
- Incentivar a criação de cooperativas e exportação dos produtos, na perspectiva de valorização da cultura e do respeito ao trabalho na própria comunidade;

- Apoiar a formação de organizações de economia solidária (cooperativas tradicionais e sociais e associações de produção).

Essas e outras ações foram indicadas a partir de objetivos pertencentes a grandes eixos temáticos. Os principais objetivos são: a promoção do desenvolvimento social das comunidades indígenas, a promoção e valorização de sua cultura, artesanato e folclore, a qualificação e capacitação profissional de índios e de outras etnias.

2. ASPECTOS JURÍDICOS E BASES LEGAIS

O artigo 22 da Constituição Federal de 1988 determina que é de competência exclusiva da União legislar sobre populações indígenas. Fica claro também, a partir da Carta Magna, a garantia de proteção aos grupos indígenas, aos elementos formadores de sua cultura, bem como a demarcação e proteção das terras indígenas.

De fato, a Constituição Brasileira estabelece no capítulo VIII, presente no título VIII da Constituição o direito dos povos indígenas onde afirma que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (art.231).

Com relação às terras indígenas a Constituição Federal garante a posse permanente das terras tradicionalmente por eles ocupadas cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos conforme disposto ainda no artigo 231, parágrafos 2º e 4º.

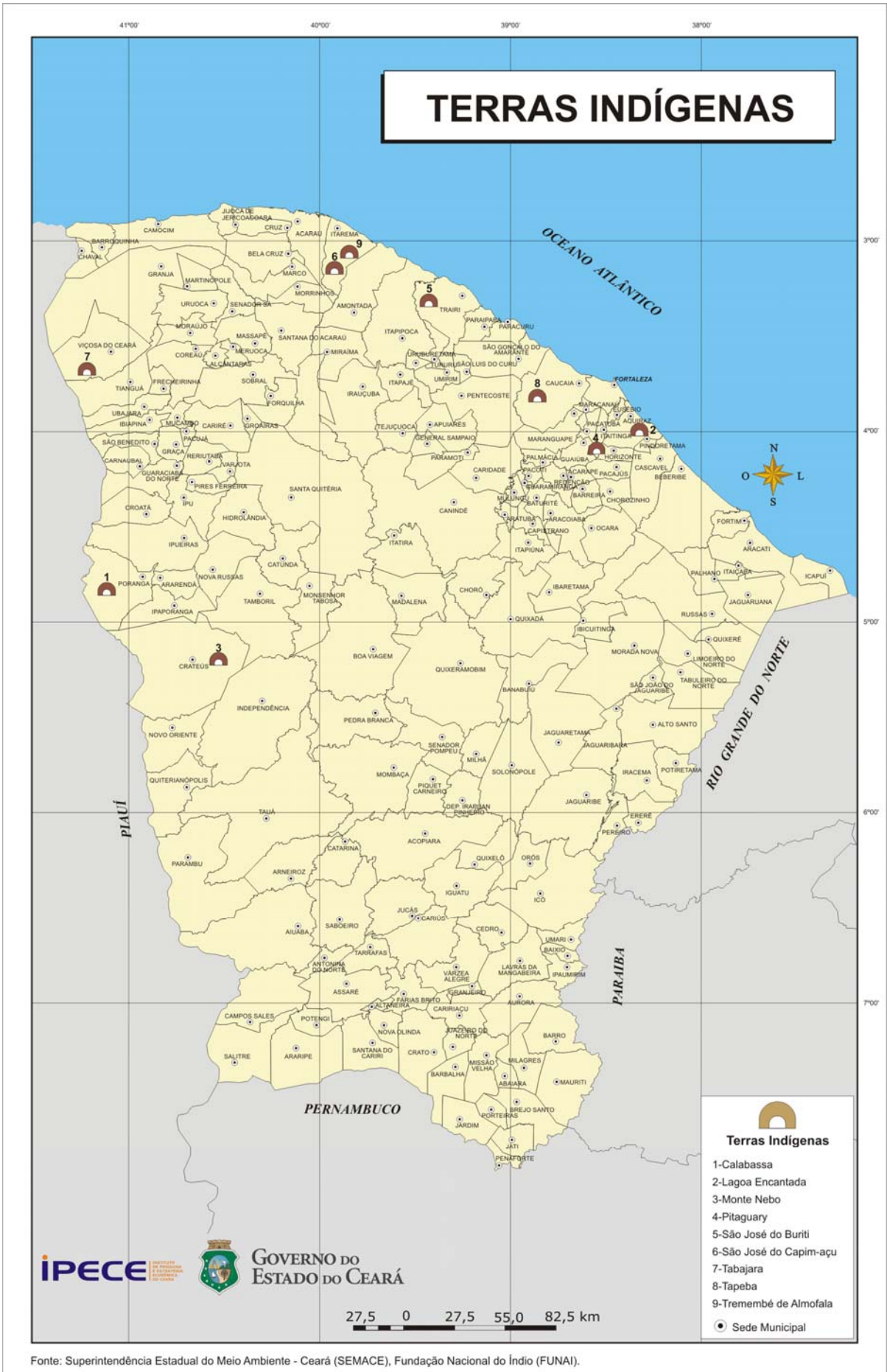
A mesma Constituição Federal de 1998, no caput do artigo 5º, determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade...”. No campo dos direitos sociais, proíbe a Carta Magna a diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (artigo 7º, inciso XXX).

A Lei no. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 que dispõe sobre o Estatuto do Índio regula a situação jurídica dos índios e das comunidades indígenas do País com o objetivo de preservar sua cultura e integrá-los de forma progressiva e harmoniosa.

As regras supracitadas demarcam no sistema jurídico brasileiro dispositivos concretos asseguradores do princípio da igualdade formal.

3. POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ

De acordo com a FUNAI os principais povos indígenas existentes no estado do Ceará são os listados no quadro 1 e são brevemente descritos a seguir. Todos esses povos perderam a língua nativa e falam o português. Além desses, o Conselho Indígena Missionário-CIMO identifica o povo Anacé, que habita os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, sem terra definida. O mapa adiante, indica as terras indígenas e o respectivo município.



TERRAS INDÍGENAS

- Terras Indígenas**
- 1-Calabassa
 - 2-Lagoa Encantada
 - 3-Monte Nebo
 - 4-Pitaguary
 - 5-São José do Buriti
 - 6-São José do Capim-açu
 - 7-Tabajara
 - 8-Tapeba
 - 9-Tremembé de Almofala
- Sede Municipal

Fonte: Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Ceará (SEMACE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Quadro 1 – Povos Indígenas no Ceará e Municípios onde Habitam

Povos Indígenas	Município
Kalabaça	Poranga
Canindé	Aquiráz
Potiguara	Crateús
Tremembé	Trairí e Itarema
Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba
Tabajara	Viçosa do Ceará
Tapeba	Caucaia

Fonte: Fundação nacional do Índio(FUNAI)

Povo Kalabaça

De acordo com o Conselho Indígena Missionário-CIMO existem 150 índios pertencentes a esse povo no estado que habita o município de Poranga.

Povo Canindé

Ou Kanindé, são cerca de 150 segundo dados da FUNAI. O Conselho Nacional Indígena—CIMO registra cerca de 1.040 índios pertencente a esse povo que também habita os municípios de Aratuba e Canindé além de Aquiráz

Povo Potiguara

Povo que falava a língua tupi-guarani e que hoje, como os demais povos indígenas, fala apenas o português. Estão localizados no município de Crateús.

Povo Tremembé

No período colonial esse povo foi citado em documentos, em relatos de missionários, viajantes e cronistas como Trammambés ou Tammambés.

Os dados populacionais não são totalmente precisos, oscilando de acordo com a fonte, mas remetem a um montante de 4 a 5 mil pessoas. De acordo com dados de 2006 da FUNAI existem 5.183 índios Tremembé representando o grupo indígena mais populoso do estado.

Os Tremembé vivem no estado do Ceará, nos municípios de Itarema, Acaraú e Itapipoca. Em Itarema, vivem tanto perto da costa, sobretudo no distrito de Almofala, como no interior, em área já regularizada pela FUNAI, conhecida por Córrego do João Pereira, que compreende o Capim-açu, São José e Telhas.

Nos séculos XVI e XVII, os Tremembé ocupavam a extensa região litorânea que segue do atual Pará ao Ceará. Com a colonização portuguesa, aldeamentos missionários foram criados, destacando-se o de Tutóia (Maranhão), controlado pelos jesuítas, e o do Aracati-mirim (Ceará), que era controlado por padres seculares.

A criação da Missão do Aracati-mirim ocorreu muito provavelmente no primeiro quartel do século XVIII. De fato, algumas sesmarias foram concedidas a padres seculares na região próxima à Missão entre 1724 e 1744, inclusive algumas se referem às terras da *Missam do tapuya Tramanbe*. Depois chamada de Missão de Nossa Senhora da Conceição dos Tramambés, ela consolidou-se como uma irmandade, composta e administrada por religiosos e leigos, que floresceu com extenso patrimônio de terras e cabeças de gado.

Em 1766, a Missão tornou-se uma freguesia de índios e foi rebatizada de Almofala, um topônimo de origem árabe-portuguesa. No fim do século XVIII, porém, a irmandade foi declinando pouco a pouco, perdendo grande parte de seu patrimônio. A povoação de Almofala continuou a ser habitada, porém, por população indígena. No fim do século XIX, a antiga povoação foi sendo coberta pouco a pouco por dunas de areia. A partir de 1940, as dunas foram sendo paulatinamente desviadas pela força dos ventos, o que contribuiu outra vez para o crescimento da povoação.

De meados do século XIX ao longo do século XX, os Tremembé foram tratados como ‘caboclos’, “remanescentes” ou “descendentes” de índios. Contudo como os Tremembé mantém uma dança específica, o *torém*, eles passaram a ter sua identidade cada vez mais destacada.

Em meados da década de 1990, os Tremembé passaram a receber atenção, especialmente nas áreas de educação e saúde. Atualmente, a FUNAI, o governo estadual e os municípios estão encarregados de suprir os Tremembé com serviços diversos, contando ainda com a intervenção direta de ONGs e entidades civis.

Povo Pitaguari

Pitaguari é a auto-denominação do grupo que habita a serra de mesmo nome. O termo é uma variante de Potiguara, etnia à qual estão historicamente relacionados. O nome Pitaguari designa lugares nas serras altas, visíveis do mar, que são marcações do território dos antepassados. Dali provêm as plantas medicinais, a matéria-prima dos trançados, adornos e trajes de festa, as histórias sobre os seres sagrados e a memória dos tempos de escravidão e liberdade do "povo das matas".

O grupo habita a serra Pitaguari, no município de Maracanaú, no estado do Ceará. Os Pitaguari foram visitados pela FUNAI em 1997 e em 2000 a Terra Indígena Pitaguari foi aprovada pelo órgão com uma área de 1.735,60 hectares. Referida Terra Indígena engloba as localidades de Santo Antônio (incluindo a Aldeia Nova, Retiro e Ipioca), Pau Branco, Olho d'Água, Horto, Munguba e Jubaia, entre outras. Santo Antônio é a mais populosa. Há famílias dispersas no alto da serra e outras que vivem em meio a população urbana não indígena. Sua população é de cerca de 450 pessoas vivendo dentro da Terra Indígena e 300 nos arredores.

Fazem parte dos povos da família lingüística Tupi-Guarani, que, nos séculos XVI e XVII, fixaram-se nas costas do Ceará em sucessivas migrações procedentes de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Hoje os Pitaguari falam somente o português.

Povo Tabajara

De acordo com o Conselho Indígena Missionário são 445 os índios Tabajaras que habitam os Municípios de Viçosa do Ceará e também Crateús.

Povo Tapeba

De acordo com os registros da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, até a década de oitenta, apenas os estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, bem como o Distrito Federal eram considerados sem a existência de índios.

No Ceará, entretanto, a presença indígena passou a ser reconhecida quando a então Equipe de Assessoria às Comunidades Rurais, hoje Equipe de Apoio à Questão Indígena da Arquidiocese de Fortaleza passou a atuar no município de Caucaia, junto à coletividade dos Tapeba.

A comunidade Tapeba que se concentra no município de Caucaia é composta por cerca de 4.658 índios.

4. A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CEARÁ

Com base nos fundamentos legais de apoio e reconhecimento ao índio e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que concedeu ao índio direito a educação diferenciada, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará vem desde na década de noventa desenvolvendo ações voltadas para a população indígena.

No caso da educação diferenciada, a atuação de professores indígenas foi primeiramente viabilizada pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc), com apoio da Associação Missão Tremembé.

Mais recentemente, outro modelo de educação indígena passou a ser implementado e oferecido pelo Departamento de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo apoiado pela FUNAI.

O objetivo do governo é proporcionar uma escola que atenda às demandas culturais e sociais dos povos indígenas do Estado buscando assim mecanismos que proporcionem a efetivação dos direitos garantidos aos indígenas.

De acordo com a Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola da Secretaria de Educação do Estado do Ceará existem atualmente 38 escolas direcionadas aos povos indígenas no Estado, contando com 259 professores indígenas e 5.047 alunos pertencentes a diferentes etnias indígenas.

Vale observar que os professores das escolas indígenas são indígenas eleitos pela própria comunidade que passam por um programa de formação de professores indígenas para iniciarem suas atividades. O processo de escolha do professor indígena é fundamental para o reconhecimento e apoio da comunidade e garante o vínculo cultural e de respeito mútuo.

De fato, a implantação de escolas em terras indígenas é uma reivindicação das próprias comunidades indígenas e por essa razão o governo tanto Federal quanto estadual tem dado atenção especial à formação de professores indígenas por entender ser essa uma condição para uma educação intercultural de qualidade.

Com esse objetivo em 2003 foi criado o núcleo escolar indígena do Ceará, o Núcleo gestor, composto de diretor, coordenador pedagógico e secretário, escolhidos pela própria comunidade e foi ainda instituída a Comissão Interinstitucional de Educação Escolar Indígena.

Em 2004 foram diplomados no estado 170 professores do Curso Magistério Indígena e foram certificadas 20 lideranças relativas à educação indígena.

Através de reuniões encontros e seminários que com a participação de diversas etnias a Secretaria de Educação do Estado do Ceará juntamente com a Comissão Interinstitucional tem buscado atender aos anseios da comunidade indígena presente no estado.

O advento do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a partir de 2007, tornou possível o financiamento diferenciado da educação indígena/quilombola oferecida por estados e/ou municípios. Com os novos critérios de distribuição dos recursos do fundo, garantiu-se para esta modalidade de ensino, um investimento de R\$ 1.110 por aluno/ano, valor 20% superior ao despendido com os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental urbano. Quatro mil alunos cearenses foram beneficiados no ano de 2007, sendo 2,6 mil pertencentes à rede estadual de ensino. Para 2008, estima-se um investimento de R\$1.365 por aluno/ano, abrangendo um total de 6,1 mil alunos no estado, sendo 3,5 mil estudando em escolas do Governo do Estado.

O ensino indígena vem crescendo nos últimos anos no Ceará, principalmente no ensino fundamental e nas escolas estaduais. Cerca de 80% dos alunos estudam em escolas mantidas pelo Governo do Estado e 73% cursam séries do Ensino Fundamental. Dados do Censo Educacional 2006 apontam que a população escolar em terras indígenas se encontra em 16 municípios, e que apenas quatro municípios concentram 70% dos alunos.

Tabela 1: Alunos de escolas em terras indígenas por dependência - 2006

DEPENDÊNCIA	MODALIDADE DE ENSINO			
	INFANTIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO	TOTAL
MUNICIPAL	258	424	0	682
ESTADUAL	613	2.263	102	2.978
TOTAL	871	2.687	102	3.660

Fonte: MEC/INEP

Tabela 2: Alunos de escolas em terras indígenas por município - 2006

MUNICÍPIO	MODALIDADE DE ENSINO			
	INFANTIL	FUNDAMENTAL	MÉDIO	TOTAL
CAUCAIA	398	756	-	1.154
ITAREMA	68	492	-	560
MARACANAU	96	350	-	446
PORANGA	65	354	-	419
MONSENHOR TABOSA	31	217	-	248
CRATEUS	70	130	-	200
ITAPIPOCA	22	96	-	118
PORANGA	-	-	102	102
PACATUBA	42	38	-	80
AQUIRAZ	15	51	-	66
ARATUBA	18	45	-	63
ACARAU	15	39	-	54
QUITERIANOPOLIS	16	32	-	48
TAMBORIL	12	25	-	37
NOVO ORIENTE	-	36	-	36
CANINDE	3	26	-	29
TOTAL	871	2.687	102	3.660

Fonte: MEC/INEP

A Secretaria da Educação do Ceará acompanha os resultados de todas as escolas cearenses, inclusive as localizadas em áreas indígenas, a partir do Sistema Permanente de Avaliação do Ensino do Ceará – SPAECE. A partir da aplicação de exames de proficiência pode-se dispor de indicadores de desempenho das escolas e informações fundamentais para o acompanhamento das atividades escolares e correções de rumo.

5. A SAÚDE INDÍGENA NO CEARÁ

Desde agosto de 1999, o Ministério da Saúde, por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (**FUNASA**), assumiu a responsabilidade de estruturar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o Sistema Único de Saúde-SUS.

A inexistência, até então, de uma Política Setorial no SUS que atendesse a diversidade dos povos indígenas comprometia acesso adequado às ações de saúde, impossibilitando o exercício da cidadania e a garantia das diretrizes estabelecidas na Constituição, no que diz respeito ao atendimento diferenciado de saúde aos índios.

A proposta formulada pelo Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde foi amplamente discutida com os atores envolvidos (Organizações e Lideranças Indígenas, Universidades, ONG, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde etc.) e aperfeiçoada durante o processo de construção da atual política, em mais de 16 seminários com participação de todos os povos indígenas.

O embasamento legal, além das disposições constitucionais e das Leis nº 8.080 e 8.142, se pautou na Medida Provisória n.º 1911-08, de 29/7/1999 e na Lei nº 9.836, de 23/9/1999, que estabeleceram a responsabilidade do Ministério da

Saúde/Fundação Nacional de Saúde e a definição do Subsistema de Atenção à Saúde do Indígena.

Portanto, no Estado do Ceará, assim como em todos os outros estados do país, a atenção básica à saúde dos povos indígenas é de responsabilidade da FUNASA que é órgão do Governo Federal. Contudo as atenções secundárias e terciárias são exercidas pelo estado através da Secretaria de Saúde do Estado.

A FUNASA-CE, mantém programa de atenção à saúde dos povos indígenas no Estado do Ceará que implantou distritos sanitários especiais indígenas. A tabela a seguir indica os municípios da área de abrangência do Distrito Sanitário da FUNASA.

Municípios	População Indígena Atendida	No. de Aldeias	Etnia
Aquiraz	202	1	Kanindé
Caucaia	2491	9	Tapeba
Itarema	1609	9	Tremembé
Maracanaú	500	1	Pitaguari
Total Geral	4432	20	

Fonte: FUNASA - 2002

A execução das ações de atenção básica à saúde indígena são realizadas com recursos do Governo Federal que através da contrata equipes multidisciplinares de saúde indígena como médicos, dentistas, auxiliares de enfermagem, agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento que recebem treinamento prévio para saber lidar e melhor conhecer as especificidades dos povos indígenas nas áreas onde irão atuar.

Nos problemas de saúde de mais alta complexidade as comunidades indígenas são atendidas em hospitais de referência de municípios próximos ou em Fortaleza e para tanto contam com sistema de remoção terrestre através de veículo disponibilizado pelo programa Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI, aqui referido.

A FUNASA-Ceará, promove também campanhas de vacinação nas comunidades indígenas. O trabalho é de responsabilidade da Divisão Especial de Saúde Indígena (Dsei), da FUNASA-Ceará.

A vacinação é realizada em postos de saúde situados em aldeias e cobrem vacinas contra paralisia infantil, febre amarela, BCG, varicela (catapora), hepatite, pneumonia, difteria/tétano/coqueluche, hemófilos e rubéola/caxumba e sarampo.

Durante o período de vacinação são oferecidos exames de prevenção contra o câncer de colo uterino para as mulheres indígenas na faixa etária de 15 a 40 anos além de tratamento odontológico e de saúde mental. O programa de saúde mental tem sido utilizado para minimizar os casos de alcoolismo nas comunidades indígenas.

6. OUTRAS AÇÕES DIRECIONADAS AOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ

6.1 JOGOS INDÍGENAS

Anualmente são promovidas verdadeiras olimpíadas com as populações indígenas do Estado. Em 2007 ocorreu no município de Aquiráz a quarta edição da competição, que une várias etnias.

A competição foi implantada com o objetivo de promover a inclusão social das etnias do Ceará, resgatar a cultura indígena e incentivar a prática de atividades esportivas.

A disputa acontece anualmente nas seguintes modalidades: atletismo (corridas), arco e flecha, arremesso de lança, cabo de guerra, corrida de tora, futebol, queda de braço, *triathlon* revezado, travessia a nado e pesca.

Durante a competição também são realizadas atividades culturais, como danças e mostras de artesanatos.

Em 2007 oito etnias de 12 municípios cearenses participaram do evento:

Etnia Tremembé dos municípios de Acaraú, de Itarema e de Itapipoca;

Etnia Tapeba, de Caucaia;

Etnia Pitaguary, de Maracanaú e Pacatuba;

Etnia Potiguara, de Tamboril e Novo Oriente;

Etnia Tabajara, de Crateús;

Etnia Jenipapo Kanindé, de Aquiraz;

Etnia Kanindé, de Aratuba;

Etnia Tabajara Kalabaça, de Poranga.

6.2. PROJETOS DE INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

Alguns projetos de iniciativas comunitárias incentivados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará-EMATER-CE, bem como por organizações não governamentais tem sido realizados em comunidades indígenas e que tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida de povos indígenas no Estado.

PROJETOS DE INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

PROJETOS	ETNIA	MUNICÍPIO
Criação de Galinha Caipira para corte e consumo	Pitaguary	Maracanaú
Plantando e Colhendo Saúde	Tremembé	Itarema
Projeto de Horta Comunitária	Tapeba	Caucaia
Projeto do Horto de Plantas Medicinais	Pitaguary	Pacatuba
Produção de Leite para Promoção da Segurança Alimentar de Crianças Indígenas	Pitaguary	Maracanaú
Produção de Leite para promoção da segurança alimentar de crianças Indígenas	Jenipapo/Canidé	Aquiraz

7. INDICADORES SOCIAIS DA POPULAÇÃO INDÍGENA DO CEARÁ

Os dados aqui comentados foram obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Trata-se, portanto, de dados amostras que devem vistos com cautela principalmente considerando o tamanho do grupo. É de se salientar, ainda que os indígenas registrados na amostra são pessoas que se consideram indígenas e que não necessariamente residem em reservas indígenas ou são efetivamente indígenas.

Os dados da PNAD que serviram de base para os indicadores a seguir apresentados se referem a uma população de cerca de 20 mil indígenas no estado. O Censo de 2000 indicava uma população em 2000 de 12.198 índios no estado.

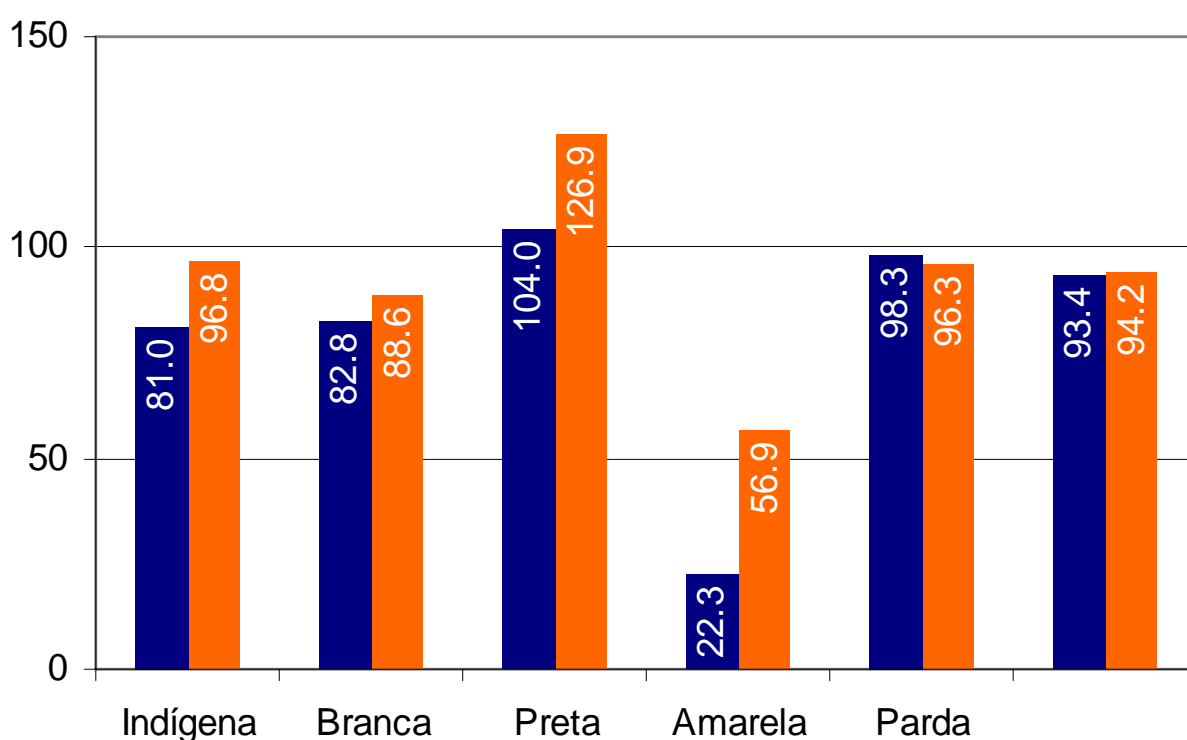
A população total do Ceará de quase 8 milhões sendo que a população residente indígena) corresponde a menos de 0,50% da população total, conforme mostra a tabela a seguir.

População residente no Estado do Ceará, por sexo, segundo cor ou raça.						
Cor ou raça	População residente (%)					
	Ano					
	2002			2004		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Total	7 762 619	48,09	51,91	7.998.849	49,97	53,08
Branca	34,01	46,33	53,67	33,27	46,98	53,81
Negra	65,73	49,06	50,94	66,35	51,43	52,59
Amarela e Indígena	0,26	33,25	66,75	0,38	71,32	81,48

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002 / 2004

Conforme mostra o gráfico a seguir, em 1996, eram 81 homens para cada grupo de 100 mulheres na população indígena. Em 2006, são aproximadamente 97 homens para cada grupo de 100 mulheres. Uma variação positiva de 36,3% nesse indicador.

Gráfico 1 – Razão de Sexo por Grupos de Cor ou Raça no Ceará entre 1996 e 2006



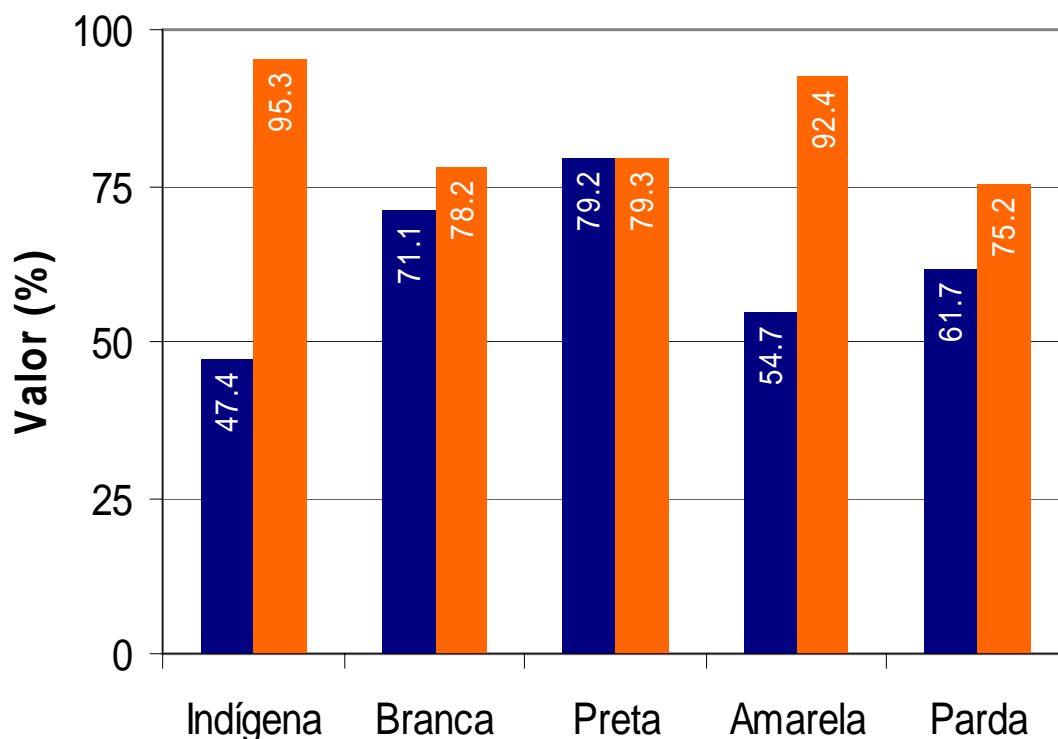
Fonte: PNAD/IBGE; IPECE ■ 1996 ■ 2006

De 1996 a 2006 a população indígena obteve a segunda maior taxa de crescimento populacional perdendo apenas para a população amarela cuja taxa de crescimento foi de 24,5% no período.

Em 1996, menos da metade da população indígena morava em zonas urbanas. Em 2006, mais de 95% da população indígena está vivendo em zonas urbanas do estado do Ceará.

É de se salientar que algumas localidades sofreram um processo de urbanização ao longo dos anos. É o caso por exemplo do Município de Caucaia, berço e localidade do grupo indígena Tapeba esse município passou por um processo de urbanização principalmente após a construção da ponte sobre o Rio Ceará em 1997. Isso provavelmente explica parcialmente a elevada taxa de urbanização.

Gráfico 2 – Taxa de Urbanização da População por Grupos de Cor ou Raça no Ceará entre os anos 1996 e 2006

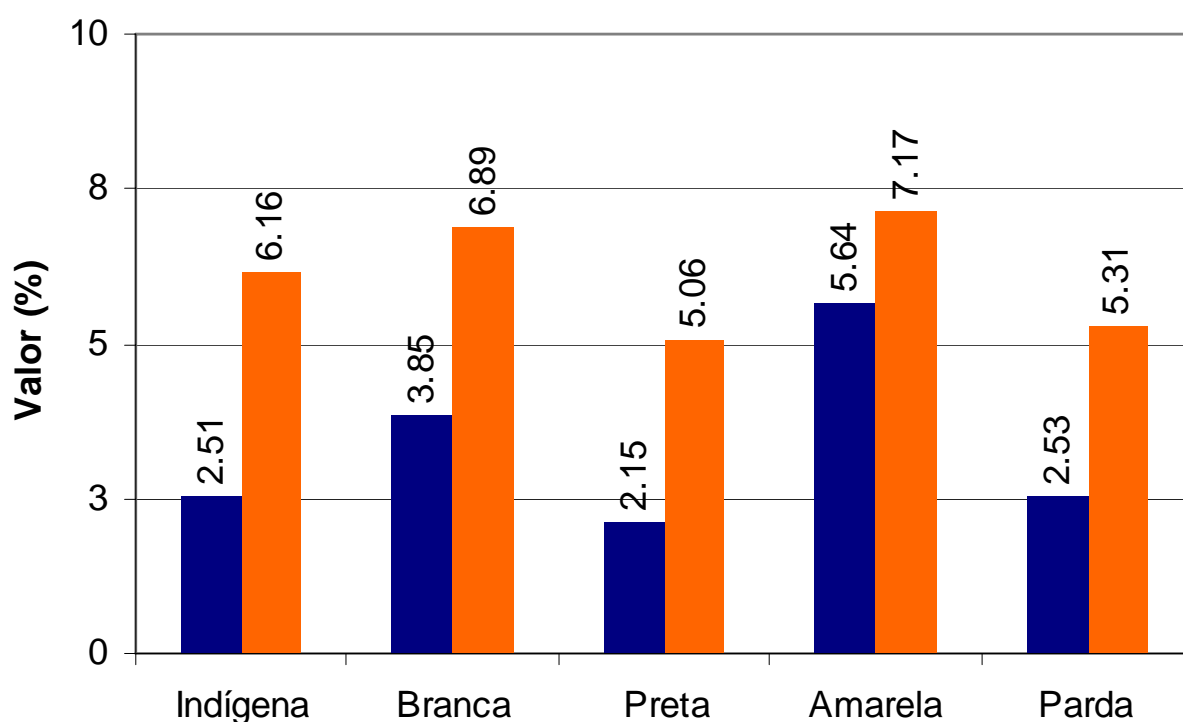


Fonte: PNAD/IBGE; IPECE

■ 1996 ■ 2006

O gráfico 3 a seguir, mostra a escolaridade média da População acima de 25 anos de Idade e abaixo de 65 anos de Idade, segundo os Grupos de Cor ou Raça no Ceará entre os anos de 1996 e 2006

Gráfico 3 – Escolaridade Média da População entre 25 e 65 Anos – 1996 a 2006



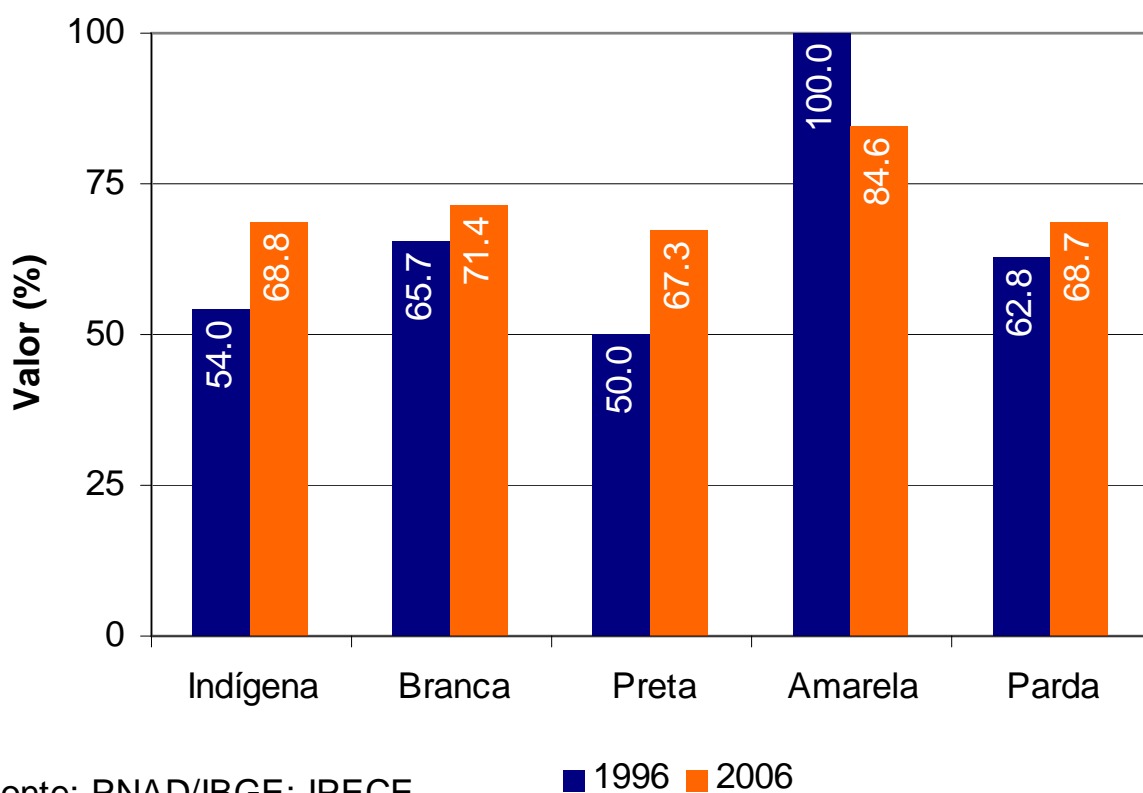
Fonte: PNAD/IBGE; IPECE

■ 1996 ■ 2006

Observa-se que a população indígena obteve a maior taxa de crescimento (145%) do número médio de anos de estudo da população entre 25 e 65 anos de idade, no período de 1996 a 2006.

Com relação a freqüência escolar a população indígena obteve uma variação positiva de 27,4% na taxa de freqüência escolar entre as pessoas com idade de 7 a 24 anos conforme mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Taxa de Freqüência Escolar da População entre 7 e 24 anos



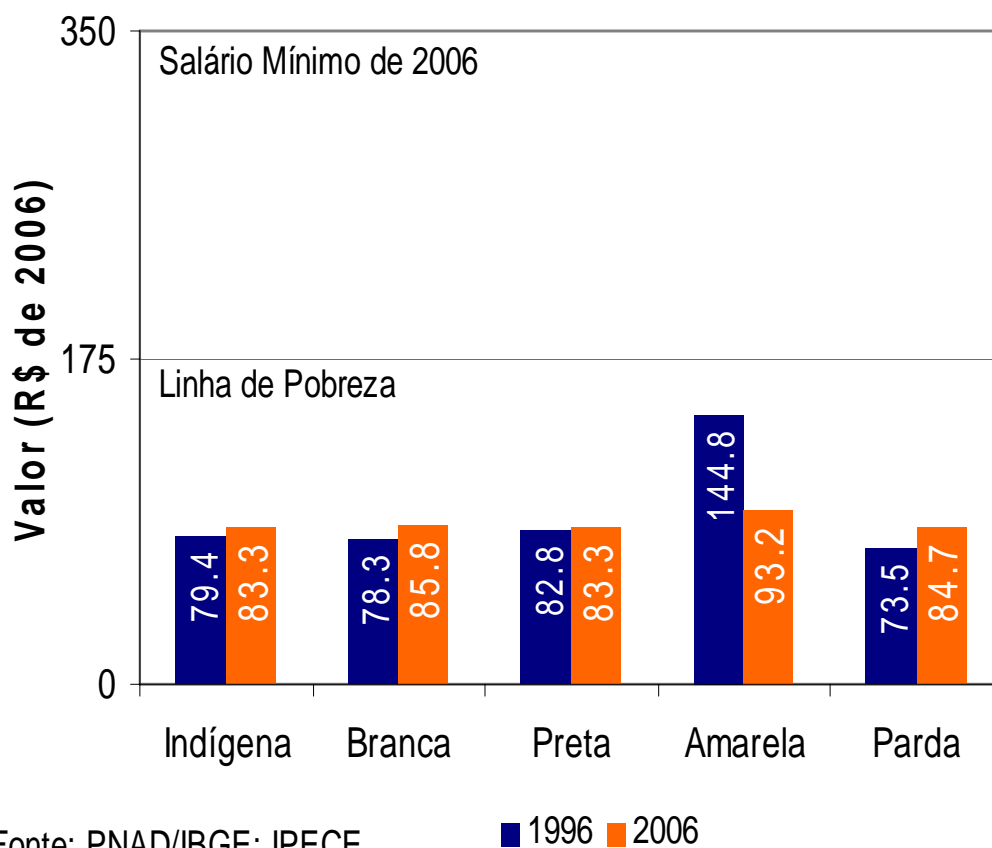
Observe-se ainda que a população indígena manteve uma taxa de freqüência escolar líquida de 100% no ensino fundamental ao longo dos anos e com relação ao ensino médio a taxa de freqüência escolar líquida que era de 0% em 1996, o que significa que não havia jovens indígenas freqüentando o ensino médio, em 2006, esse percentual passou a ser de 20%.

A despeito desse fato, comparativamente a outros grupos de raça ou cor, a população indígena é o grupo que apresenta a menor taxa de frequência escolar líquida no ensino médio.

Com relação à taxa de desocupação a taxa de desocupação da população indígena passou de 0% em 1996 para 6,4% em 2006. Isso pode estar indicando que a população indígena está procurando emprego nas áreas urbanas, visto que a taxa de urbanização desse grupo aumentou consideravelmente entre os anos de 1996 e 2006.

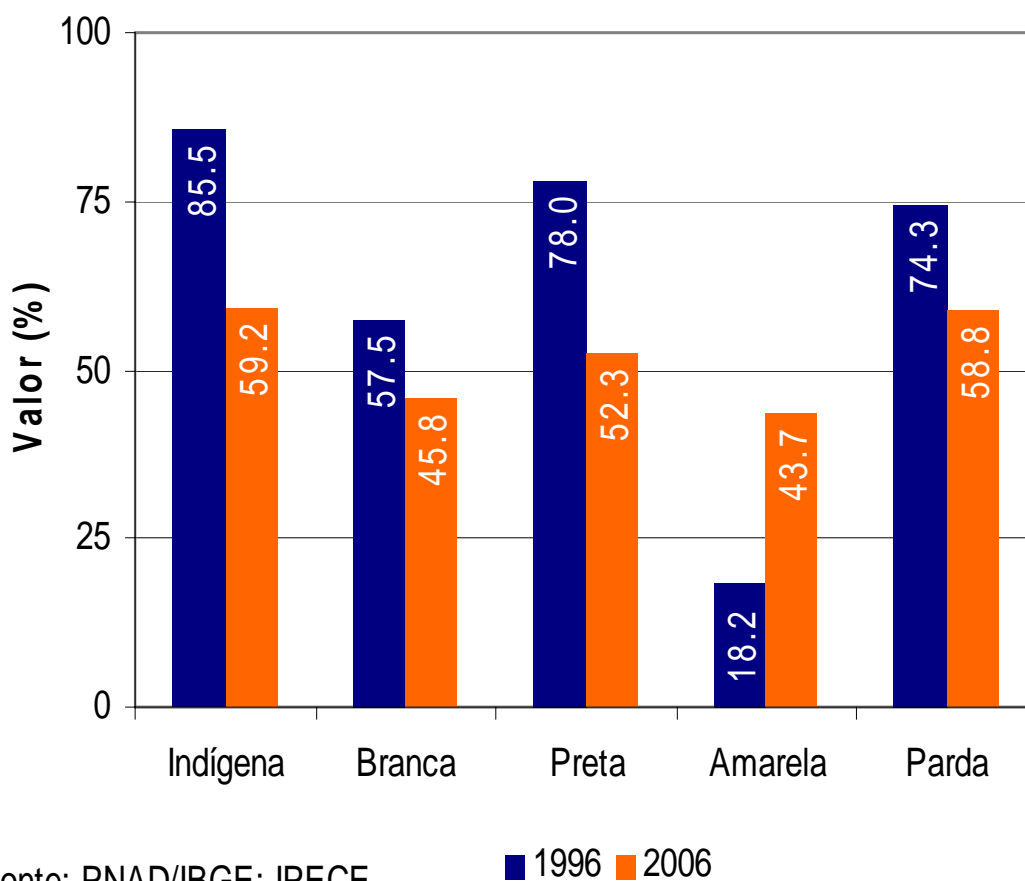
Com relação às ocupações o percentual de ocupações informais na população indígena que era de 78,1% em 1996, passou para 100% em 2006.

Gráfico 5 – Renda Familiar Per Capita Média da População Pobre, segundo os Grupos de Cor e raça no Ceará entre os anos de 1996 a 2006



O gráfico 5 indica que na população indígena, o valor da renda familiar per capita média entre os pobres cresceu 4,88% entre os anos de 1996 e 2006, ajudando a diminuir a distância em relação à linha de pobreza. Também, percebe-se um elevado grau de homogeneidade dessa variável entre os grupos de cor ou raça.

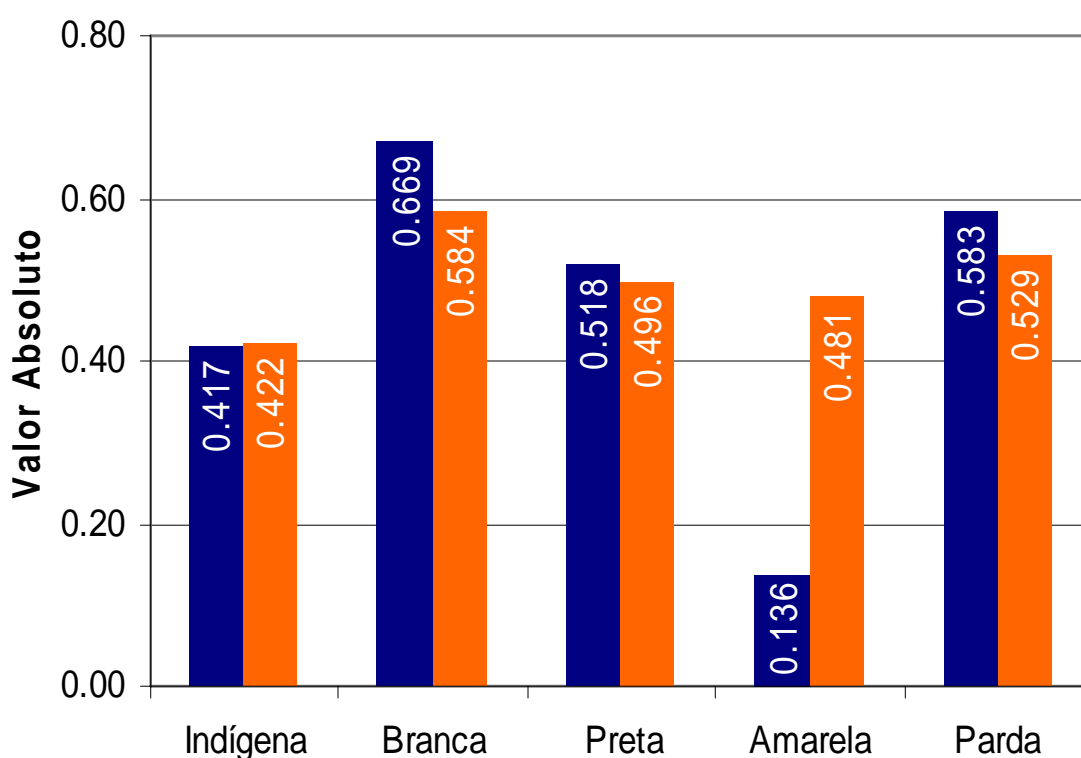
Gráfico 6 – Percentual da População abaixo da linha de Pobreza



Em média, as aposentadorias são as maiores fontes de renda da população indígena, visto que ela é mais que o dobro da renda média proveniente do trabalho principal. As pensões, também, possuem um peso considerável na renda familiar da população indígena.

Ainda com relação à renda a população indígena apresentou o menor nível de desigualdade de renda medido pelo Gini no ano de 2006. Esse índice se mostrou estável entre os anos de 1996 e 2006, em torno de 0.4. Gráfico 7.

Gráfico 7 – Desigualdade de Renda (Índice de Gini) entre os grupos de Cor ou Raça no Ceará – 1996-2006

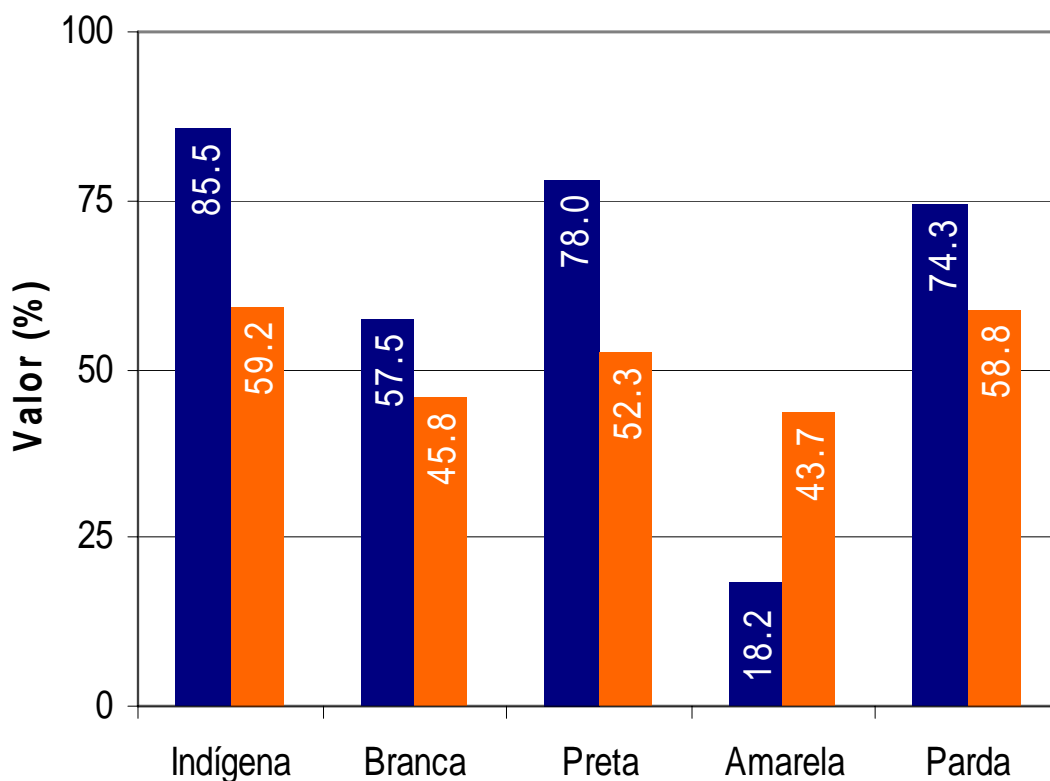


Fonte: PNAD/IBGE; IPECE

■ 1996 ■ 2006

O gráfico 8 a seguir, compara o percentual da população indígena abaixo da linha da pobreza com os demais grupos.

Gráfico 8 – Percentual da População abaixo da Linha de Pobreza, segundo os grupos de Cor ou Raça no Ceará entre os anos de 1996 e 2006



Fonte: PNAD/IBGE; IPECE

■ 1996 ■ 2006

Apesar da população indígena apresentar 85,5% de sua população abaixo da linha de pobreza em 1996, houve uma redução de 26,3 pontos percentuais nesse valor em 2006, 59,2%. No entanto, a população indígena apresenta os maiores percentuais de pobreza em relação aos demais grupos.

A renda Familiar per capita Média no Ceará em 1996 era de R\$ 228,0 e em 2006 era de R\$ 268,9. Nesse período a renda familiar per capita média da população indígena aumentou 50,34%, mas não o suficiente para ultrapassar o valor da linha de pobreza (1/2 salário mínimo, R\$175,00).

8. ARCABOUÇO ADICIONAL DAS SALVAGUARDAS

As informações acima e em especial a enumeração das atividades desenvolvidas no âmbito do Plano Estadual Políticas de Promoção da Igualdade Étnico-Racial de 2007, demonstram claramente que o Estado do Ceará é suficientemente bem preparado e experiente na abordagem de questões indígenas dentro das orientações do Banco Mundial e do Governo Federal.

No entanto, outros trabalhos serão realizados durante a implementação do empréstimo tais como:

- atualizar informações sobre programas estatais;
- verificar o impacto dos Programas de Despesas Elegíveis do SWAP sobre as populações indígenas;
- tomar todas as medidas necessárias para garantir que as intervenções do SWAP que afetem as populações indígenas sejam realizadas em conformidade com as salvaguardas do Banco Mundial.

Com base no Quadro 1, a população indígena do Ceará encontra-se em nove municípios. Quarenta por cento destes estão em Caucaia, que é um município vizinho a Fortaleza e que é altamente urbanizado e industrializado.

De fato, a partir do Gráfico 2 fica claro que pelo menos 95% da população indígena do Ceará estimada em 21.015 reside em áreas urbanas de acordo com dados de 2006. Estas populações estão completamente aculturadas e estão, em sua maioria se utilizando dos serviços prestados pelo Governo como - educação, saúde, água e saneamento – assim como outros Cearenses. Por outro lado, existem comunidades de povos indígenas que vivem em 16 municípios, incluindo 39 aldeias rurais que, em alguns casos, já são beneficiários da educação diferenciada e outros serviços prestados pelos municípios, Estado e Governo Federal.

Com isto em mente, a primeira tarefa que será executada nos primeiros 12 meses após a realização do empréstimo é uma avaliação para identificar a interface entre as despesas elegíveis do Programa em educação, saúde e água/saneamento e as comunidades municipais indígenas. Não está, neste momento claro em que medida os Programas de Despesas Elegíveis do SWAP estão envolvidos na prestação de serviços às comunidades indígenas, diferenciados ou não, e que outras entidades (municipal, federal) têm um papel fiscal, específico e geral em garantir que serviços culturalmente apropriados sejam são prestados.

Conseqüentemente, esta avaliação irá determinar para cada Programa de Despesa Elegível setorial e comunidade indígena identificável:

- o tipo, a natureza e valor dos serviços prestados e se os mesmos são suficientemente diferenciados para satisfazer as maneiras e necessidades culturais;
- amplitude de cobertura;
- responsáveis na determinação da natureza e volume de qualquer direcionamento diferenciado de tais serviços se relevante;
- lacunas na cobertura;
- lacunas culturais na prestação de serviços diferenciados.

Esse avaliação também verificará se e como o BID e seu empréstimo SANEAR II bem como o KFW, ambos fornecendo serviços de abastecimento de água e saneamento e parte dos Programas elegíveis do SWAP fornecem serviços para as comunidades indígenas.

Essa tarefa será realizada com base nos orçamentos e atividades 2007-8 e nas propostas de orçamentos projetadas para 2009-11.

Depois de concluído, o Governo estará em condições de avaliar quaisquer medidas atenuantes necessárias para adaptar intervenções propostas às necessidades da comunidade. Um programa será posteriormente destinado a consultar amplamente as comunidades indígenas atingidas através dos programas de despesas elegíveis em educação, saúde e água/saneamento. As consultas serão centradas nas comunidades e líderes comunitários e organizações, mas também, se necessário, envolverá autoridades municipais e Federais bem como agências indígenas. As questões identificadas como resultado dessas consultas serão registradas e as partes intervenientes serão envolvidas no desenvolvimento de soluções que devem ser apoiadas e implementadas pelas autoridades Governamentais responsáveis pela execução do Programa de Despesas Elegíveis-EEP.

Progressos na realização da avaliação, na identificação das matérias relacionadas ao EEP, bem como no desenvolvimento e implementação de soluções serão controlados, avaliados e relatados pelo IPECE, que será responsável por organizar atividades de monitoramento e avaliação adequadas para a realização dessa tarefa. Os relatórios deverão ser realizados a cada 12 meses conjuntamente com o relatório de progresso do EEP bem como os respectivos indicadores de desembolso.

Na eventualidade de identificação de problemas específicos em locais específicos cujas soluções não sejam satisfatoriamente desenvolvidas e implementadas, caberá ao IPECE convencer as autoridades governamentais a resolverem a situação. Se o problema é de responsabilidade dos municípios ou do Governo Federal ou se houver uma responsabilidade compartilhada então IPECE fará com que as partes intervenientes, incluindo as comunidades indígenas afetadas, se unam para enfrentar a situação e desenvolver uma solução viável de forma tempestiva e dentro do orçamento cuja execução deverá ser monitorada e reportada semestralmente ou com maior frequência dependendo da natureza e gravidade do problema.

O Governo do Ceará será responsável pela implementação de boa fé de todas e quaisquer recomendações que se refiram a especificidades culturais que integrem o EEP do Estado. No caso de necessidade de financiamento o Governo poderá utilizar o componente de Assistência Técnica desde que fundos não comprometidos estejam disponíveis. Vale salientar que US\$ 40,000 já foram alocados ao componente de Assistência Técnica do SWAP para a elaboração de um arcabouço integrado dos indígenas que irá orientar e incluir a pesquisa acima mencionada. Esse arcabouço deve também ser preenchido e aprovado pelo Banco no prazo de 12 meses da declaração de implementação.

A conclusão da avaliação no prazo de 12 meses da implementação do empréstimo e o acompanhamento e elaboração de relatórios de problemas identificados e de ações de atenuação devem ser incluídos como parte do contrato de empréstimo.

REFERÊNCIAS

www.anai.org.br, ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista)

Desenvolve atividades de divulgação e promoção dos direitos dos povos indígenas da região Nordeste do Brasil.

www.indigenasnoceara.hpg.ig.com.br, Indígenas no Ceará

www.visaodosindios.com.br, Índios na visão dos índios- Índios na visão dos índios

www.cimo.org.br, Conselho Indígena Missionário – CIMI

www.funai.org.br, Fundação nacional do Índio

www.stds.gov.br, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

www.socioambiental.org. Vieira, José Gleison, Universidade Estadual do rio Grande do Norte- UERN

Grupioni, Luís Donisete. Organizador. As Leis e a Educação Escolar Indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena, Ministério da Educação. 2001.

Proposta de Educação escolar Indígena. Comissão Interinstitucional de Educação Escolar indígena. Governo do Estado Ceará. 2006.